

O preço do passado: o processo de indenização às vítimas das ditaduras militares no Brasil e na Argentina: pagar apaga o passado?

Danyelle Nilin Gonçalves¹

Introdução

Durante as décadas de 60 a 80, o Brasil viveu sob uma ditadura militar que utilizou como expediente a perseguição aos seus oponentes, ocasionando em muitos casos experiências para os envolvidos como a demissão de empregos, a expulsão de colégios e faculdades, a saída de casa, ida à clandestinidade, ao banimento e expulsão do país e ao exílio, quando não, a morte. Relações afetivas e familiares foram afetadas em parte pela ausência de um membro no convívio e pela situação de instabilidade vivida no momento.

Essa situação começou a ser mudada com o advento da Anistia, em 1979. Com a promulgação da Lei, o que se viu posteriormente foi um movimento crescente de exilados voltando ao Brasil, presos políticos saindo das penitenciárias e delegacias país a fora e brasileiros saindo da situação de clandestinidade em que viviam durante a repressão militar.

Ao longo dessas duas últimas décadas, o Estado brasileiro vem criando leis reparatórias aos perseguidos pela ditadura militar, reconhecendo legalmente, a responsabilidade pelas prisões, torturas, seqüestros, desaparecimentos forçados e assassinatos cometidos durante esse período e indenizando financeiramente os atingidos pelas perdas profissionais e pelas prisões, torturas sofridas e as conseqüentes seqüelas.

Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa Michaelis (2000), **reparação** significa ato ou efeito de reparar, conserto, reforma, restauração, indenização e satisfação dada a pessoa ofendida.

Indenização significa ato ou efeito de indenizar, ressarcimento ou reparação de um dano sofrido ou da perda de um direito lucrativo adquirido por um contrato ou ajuste.

Na língua inglesa, há o equivalente **compensation** que significa retribuição, recompensa e compensação. Em espanhol, **expiación**, que guarda um sentido religioso de expiação, reparação e penitência.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

Embora etimologicamente possam parecer semelhantes, o processo instaurado pelo Estado brasileiro (assim como o argentino e chileno²) para reaver direitos às vítimas das ditaduras instauradas nas últimas décadas se denomina processo de reparação (ou sua variante em espanhol).

Isso se dá talvez pelo fato de que reparar guarda um conteúdo mais abrangente que indenizar, já que este tem uma relação maior com dinheiro enquanto o outro se refere ao conteúdo moral e às questões simbólicas que estão para além da questão pecuniária.

E é justamente nisso que se baseia o processo de reparação. Muito mais do que o recebimento do dinheiro, esse momento traz à tona conteúdos morais e simbólicos que são acionados em eventos, homenagens, nos depoimentos e entrevistas concedidas pelos beneficiáveis e seus simpatizantes e também nos discursos de seus opositores. Tais conteúdos se revelam sobremaneira importantes para as ciências sociais porquanto a partir deles se podem perceber as representações sobre uma época, a partir das condições de fala de determinados grupos sociais.

O presente artigo busca discutir o que representa para os atores sociais determinados eventos de suas histórias pessoais que se entrelaçam com a história do país, como são evocadas as suas memórias, que noções eles têm acerca das perdas, do sofrimento, da condição de perseguidos políticos e da reparação? O que significa para eles entrar em contato novamente com uma história que muitas vezes se gostaria de ter esquecido? Para isso, analiso quatro relatos³ enviados às Comissões que analisam os pedidos de reparação aos perseguidos pela ditadura militar. A pesquisa vem se desenvolvendo com possíveis beneficiários do Ceará.

² Esses países vêm estabelecendo leis reparatórias às vítimas de suas ditaduras.

³ Todos aqueles que entram com o pedido de indenização nas Comissões (estaduais e federal) necessitam fazer um relato dos fatos nos quais se demonstram as perseguições sofridas e as conseqüências destas para a vida dos atingidos. Nesses escritos se constará parte da história de muitos perseguidos pela ditadura militar. Em alguns casos, publicizada pela primeira vez em quatro décadas.

1. Relato dos Fatos: um momento de contar a sua versão dos fatos

O relato dos fatos é parte do processo de indenização. Através dele, o requerente expõe os motivos pelo qual tem o direito de recebê-la. É também uma das formas de fazer desse momento, um relato e uma denúncia de forma a compor a memória daqueles anos.

É através dele que se traduz o sofrimento daqueles que foram perseguidos e as conseqüências dessa perseguição. Como uma narração-desabafo, o sofrimento é um dos pontos centrais a serem ressaltados. Nesses relatos se podem ver as representações contidas acerca da militância, do militante, da ditadura militar e da conjuntura vivida. Não deixa de ser, no entanto, uma análise do passado, feita após tantos anos.

Apesar de o relato se configurar como um acerto de contas pessoal que vem sendo criado para expurgar o passado, ele é mais do que isso, na medida em que, como é uma exposição de motivos pelos quais se merece receber a indenização, as angústias vividas pelos envolvidos, direta ou indiretamente, tem uma carga dramática maior do que as biografias normalmente feitas por eles. Mais ainda, porque também se deseja que esse seja um documento de restauração da memória e de denúncia coletiva.

A estrutura e a linguagem utilizadas nessas narrativas são livres e vão depender muito de quem os escreve, revelando dessa forma que os lugares ocupados pelos indivíduos são decisivos na forma como eles vêem e publicizam os fatos vividos.

1.1 O lugar da fala de uma filha

O relato a seguir foi feito por Lucineide Lacerda de Vasconcelos, filha de João Xavier de Lacerda, preso em 1971, acusado de pertencer a uma organização comunista, acusada de ter cometido um crime por motivações políticas. A família morava em Carnaubal (interior do Ceará), mas em virtude da prisão, se mudou para Fortaleza, quando os filhos do casal ainda eram crianças. Essa narrativa conta o que ocorreu a partir de sua visão, demonstrando quais as conseqüências para ela e para a sua família.

Eu tinha uma infância bastante feliz junto com meus sete irmãos...mas isto mudou em uma manhã do ano de 1971, quando fomos acordados com batidas violentas na porta...eles chutavam tudo, jogavam colchões e tudo o

que encontravam pela frente aos berros nos ameaçavam, trêmulos e apavorados, pois éramos todos crianças.

Começara assim o nosso suplício, preso nas dependências do 23º Batalhão de Caçadores, meu pai foi torturado dia após dia, unhas arrancadas, chutes, choques, era preso incomunicável. Começara assim a tortura dele e a nossa. Não tínhamos condições para irmos ao colégio, nem para sairmos de casa, éramos apontados como os filhos do **terrorista**. Minha mãe, quando saía para trabalhar era a atração da cidade, as pessoas iam aos Correios para ver a **mulher de um terrorista perigoso**. Minha mãe com oito filhos teve que deixar-nos e vir para Fortaleza para acompanhar o sofrimento do meu pai. Nós ficávamos sozinhos e também torturados pelas agressões das pessoas da cidade, ninguém falava ou andava com **filhos de terrorista**, até pedras eram atiradas em nossa casa.

Meu pai enlouqueceu e tentou o suicídio na prisão, quando depois de um mês sem sabermos como ele estava, consegui ir visitá-lo, até hoje não consigo esquecer o olhar do meu pai na minha frente, era o retrato da dor, da humilhação e do desespero.

A única solução foi vendermos tudo o eu tínhamos, assim foi feito. Vendemos tudo, casa, gado, terras e pela metade do preço do que valia, pois ninguém queria comprar bens de um terrorista.

O único erro do meu pai foi ser proprietário de um carro de aluguel, carro este que foi contratado por pessoas que participaram de um crime motivado por questões políticas. Ele não sabia que estas pessoas haviam realizado tal crime, então como ele poderia recusar-se a conduzi-los? Afinal este era seu trabalho.

Nos dias de visitas toda a família era submetida a humilhações. Minha mãe que agora era o chefe da família sustentava oito filhos sozinha com seu salário dos Correios, mal dava para sustentar a família, pois agora estávamos morando em Fortaleza, não havia mais condições físicas e emocionais para continuarmos a morar em Carnaubal.

...tínhamos que recorrer aos familiares para sobrevivermos com dignidade e aquela vida confortável e feliz que tínhamos antes ficou cada vez mais distante, éramos crianças amargas, revoltadas, angustiadas e principalmente discriminadas...

...foi absolvido, mas o estrago já estava feito. Sua vida estava destruída para sempre, homem que havia trabalhado a vida inteira com dignidade para sustentar a sua família não tinha mais nada... tornou-se alcoólatra, revoltado.... Como iria conseguir emprego principalmente que estava rotulado para a sociedade como **ex-presidiário**?

Dia após dia vivendo com as seqüelas das torturas desumanas que houvera sofrido... Morreu aos 63 anos de aneurisma na aorta abdominal, repetindo que esta doença deveria ser seqüelas dos chutes, choques e torturas cruéis. **Nenhum dinheiro do mundo poderá pagar a dor**, desespero, humilhações e dificuldades que passamos, mas é nosso direito e iremos lutar pelo que nos é devido...

É muito fácil alguém ler este relato, pois ninguém consegue sofrer a dor do outro, até hoje eu, minha mãe, meus irmãos e nossos familiares temos **cicatrizes permanentes na memória e nos nossos corações**. (grifos nossos)

Os relatos feitos por familiares são carregados de emoção e comumente iniciam com uma descrição sobre a vida familiar, sempre vista como feliz e harmoniosa até os momentos que precederam as prisões ou a perseguição mais sistemática ao envolvido.

Quando esses fatos são narrados por esposas quase sempre são ressaltadas as qualidades dos maridos, vistos sempre como carinhos, bondosos e “pais de família”. Em alguns casos, as esposas relatam o início do namoro, o casamento, a chegada dos filhos, o idílio vivido até a perseguição. Da mesma forma, quando se trata de filhos que estão contando a história de seus pais, estes são apresentados como pais maravilhosos, assim como a boa convivência familiar, quebrada somente em virtude da perseguição vivida. A ruptura é visível e os narradores fazem questão de reforçá-la através dos relatos. Sempre que possível isso é demarcado através de uma data precisa, quando se trata de prisão, e quando não, através de ações que ficaram marcadas na lembrança dos envolvidos.

Busca-se demonstrar a violência vivida, através de relatos minuciosos que explicitados demonstram o pavor sofrido. *Batidas violentas, chutes, gritos* compõem o cenário de *suplício* que passam a viver. Esse cenário é acrescido das torturas vividas pelo pai na prisão, na lembrança das *unhas arrancadas, dos chutes e choques*.

A partir desse momento, os relatos passam a evidenciar outros processos de ruptura vividas pelos envolvidos. A prisão é vista como um marco e, a partir dela, a vida se transforma em algo dramático.

Para além da detenção, muitas outras conseqüências são apontadas, demonstrando como a perseguição atingiu o núcleo familiar e as relações sociais como um todo, *começando a tortura dele e a nossa*. Os preconceitos sofridos, perdas de amizades e o processo de isolamento social são algumas dessas conseqüências: *não tínhamos condições para irmos ao colégio, nem para sairmos de casa, éramos apontados como os filhos do terrorista; minha mãe quando saía para trabalhar era a atração da cidade, as pessoas iam aos Correios para ver a mulher de um terrorista perigoso*.

A vida se transforma em um tormento porque, além do fato em si, a família é apontada por outras pessoas como um problema: *ninguém falava ou andava com filhos de terrorista*. Assim, a sociedade passa a puni-la por isso, chegando inclusive às sanções físicas: *até pedras eram atiradas na nossa casa*.

As visitas às prisões são um ponto à parte dos relatos feitos por filhos ou cônjuges. As descrições dos encontros na prisão e da dor enfrentada pelo pai são tidas como inolvidáveis: *até hoje não consigo esquecer o olhar do meu pai na minha frente, era o*

retrato da dor, da humilhação e do desespero; nos dia de visita toda a família era submetida a humilhações.

Além dos fatores subjetivos de sofrimentos, fatos objetivos como os abalos financeiros padecidos por essas famílias quase sempre são ressaltados nesses relatos. Perdas de empregos, vendas do patrimônio (quase sempre para pagar advogados, por conta da mudança de endereço, etc), tudo o que acarreta uma vida financeira menos estável do que a que se tinha anteriormente, dão mostras da situação vivida após a perseguição, culminada pela prisão.

Essa seqüência de acontecimentos ruins (*meu pai enlouqueceu e tentou o suicídio na prisão*) é praticamente uma constante nos diferentes relatos. A prisão significou esse marco e pode ser vista como uma linha descendente, em que a vida dos atingidos foi profundamente abalada, incluindo os danos de ordem psíquica: *Tínhamos que recorrer aos familiares para sobrevivermos com dignidade e aquela vida confortável e feliz que tínhamos antes ficou cada vez mais distante, éramos crianças amargas, revoltadas, angustiadas e principalmente discriminadas.*

Mesmo para aqueles que não tinham boas condições financeiras, a prisão representou um agravante, já que normalmente quando isso ocorria era acompanhado da perda de emprego, que fatalmente levava as pessoas a privações. Isso ocorria mais ainda, porque em parte dos casos o cônjuge abandonava o seu emprego para obter informações, acompanhar processos, buscar advogados, enfim, acabava se envolvendo e em alguns casos, manter emprego nessa situação se tornava inviável.

Nota-se uma insistência nos relatos da idéia de uma vida idílica que foi quebrada pela perseguição e que, normalmente, não se recompôs, mesmo com a saída da prisão e com o passar dos anos, que a princípio se entende como uma volta à normalidade. *Foi absolvido, mas o estrago já estava feito. Sua vida estava destruída para sempre. Homem que havia trabalhado a vida inteira com dignidade para sustentar a sua família não tinha mais nada...tornou-se alcoólatra, revoltado. Como iria conseguir emprego principalmente que estava rotulado para a sociedade como ex-presidiário?*

Comumente os relatos associam as mortes, mesmo ocorridas anos após a saída da prisão, com o que se viveu lá dentro (*morreu aos 63 anos de aneurisma na aorta*

abdominal, repetindo que esta doença deveria ser seqüelas dos chutes, choques e torturas cruéis).

No caso de narrativas feitas por terceiros (filhos, esposas ou irmãos)⁴, eles também iniciam comumente demonstrando como o atingido e sua família eram felizes e tinha uma vida tranqüila. A ruptura se dá em virtude da perseguição política, que fez que o atingido fosse preso, exilado ou tornado clandestino. Esse fato é um divisor de águas na família, que a partir daí passa a narrar os tormentos sofridos por todos, culminando nesses casos, na morte do atingido (que não se recuperou dos maus-tratos sofridos, vindo a falecer em consequência direta ou indireta disso). A vida é vista como sofrida, trazendo consequências às vezes irreversíveis. Imagens são lembradas e se referem principalmente à dor.

Como no caso acima, muitos relatos terminam com uma crítica e um desabafo. O fato de terem ainda hoje *cicatrizes permanentes na memória e no coração*; a afirmativa de que o dinheiro não consegue pagar o que eles sofreram; a idéia de que a dor é individual (ou no máximo da família) e que, portanto, ninguém consegue sofrer a dor do outro e nesse sentido se compadecer das agruras sofridas acaba sendo também um recado aos membros das comissões, destinatários do relato e que analisarão o pedido. Eles também não têm dimensão do que eles sofreram...

1.2 O lugar da fala da esposa

O relato a seguir foi feito por Maria de Lourdes Ferreira, viúva do líder sindical têxtil, José Ferreira Lima, conhecido como *Ferreirinha*, preso no ano de 1970 e liberto somente com a Anistia em 1979.

Em 30 de setembro de 1970 às 6:30 da manhã foi preso. Quatro policiais federais a mando de Laudelino Coelho foram na metalúrgica que Ferreira trabalhava. Lá algemaram, começaram a bater com cacete e chute. Levaram-no para o carro até a nossa casa. Chegando ao local, chutaram a porta, quebraram, e entraram dentro de casa todos armados. Encostaram-me na porta quebrada e começaram a me bater na frente das crianças, eu gritava pedindo socorro, gritando que tinha dois assaltantes na minha casa. Desarrumaram minhas coisas, quebraram tudo e ainda rasgaram todos os meus documentos. Eles queriam que eu desse os nomes de pessoas e me

⁴ Esses se dão na maior parte das vezes quando o perseguido é falecido.

mostraram fotos, eu disse que não sabia de nada e nem conhecia ninguém que eles procuravam. Eles diziam que eu estava mentindo e me batiam novamente dando chute na minha bunda, de forma que caí de joelhos, meus joelhos sangravam muito. Eles chegaram até bater de revólver na minha sobancelha, deixando cicatrizes. Só não abusaram sexualmente de mim, mais me espancaram na frente das crianças. Tinha uma filha que dormia perto da porta. Quando eles arrombaram, derrubaram ela da rede, assustando-a, que chorando, presenciou toda a cena. Minha filha passou a sentir fortes dores de cabeça, e passou a ter convulsões. Levei ao médico, bateram um eletroencefalograma e constataram que ela sofria de epilepsia e tinha que tomar dois tipos de remédios controlados pelo resto da vida. Levaram as crianças para ver o pai algemado dentro do carro, e na frente delas começaram a espancá-lo. Foi um dia de terror, as meninas gritavam vendo aquela cena horrível, pedindo que eles não fizessem aquela maldade com o pai. Eles falavam para as crianças que o pai era ladrão, que não ia mais voltar para casa, que iriam cortar o pescoço dele. Todo espancamento e tortura física e psicológica na frente das crianças para eles era pouco...eles foram embora mas diziam que iam voltar para tomar minhas filhas.

No dia seguinte, começou o meu sofrimento com minhas filhas. Colocaram-me fora do emprego e pediram a casa que nós morávamos. Dois policiais ficaram permanecendo o tempo todo na frente da minha casa quando resolvi fugir pelos fundos com ajuda dos vizinhos. Colocamos uma escada no muro, levei o que pude dentro de sacos, pois o pouco que tinha, eles tinham destruído. Peguei o ônibus corujão. O motorista quase não queria nos levar e perguntou para onde eu ia com estas sete crianças. Respondi que ia pra casa de um parente que estava me esperando. Chegando ao Bom Jardim, entrei em contato com a advogada Dra. Wanda [Sidou]. No mesmo dia ela foi nos visitar e falou que eu não podia deixar minhas filhas sozinhas, pois eles poderiam levá-las.

....continuei minha vida, só eu e Deus com minhas sete filhas sem o pai. Saímos da casa que estávamos e fomos morar numa casinha que um amigo do Ferreira nos deu. Passamos **muitas necessidades, faltando até o pão e o leite**. Os vizinhos que davam um prato de comida e eu dividia entre nós. Passei a trabalhar em casa de família, fazendo faxinas, lavando e passando, e durante a noite ia vender o lugar na fila do INPS para as pessoas que chegavam pela manhã. Assim conseguia voltar pra casa com o pão e o leite das crianças.

A primeira visita foi na Polícia Federal e eu levei as crianças. Chegando lá, eles as levaram para ver o pai. Ouvi as meninas chorando e gritando e corri para ver o que estava acontecendo. O Ferreira estava em cima de duas latas de leite, longe da parede, seus pés sangravam e estavam muito inchados, seu rosto deformado e haviam muitas marcas por todo o corpo. Ele foi muito torturado, levou choque, “telefones” e foi para o pau de arara. Ferreira não falava nada e só ficava de cabeça baixa. Minhas filhas queriam abraçar o pai, mas eles apontavam as armas na cabeça delas para não se aproximarem. Me retirei dali imediatamente pois não agüentava mais ver aquela cena horrível.

Daí por diante levaram-no para o IPPS. As visitas eram aos sábados. Lá ele passou quase 10 anos de prisão. Foi libertado pela Anistia em 79 e **saiu do cárcere para a luta...**

Esta é a história da minha vida, **nada no mundo pode apagar todo o sofrimento**, humilhações, prejuízos, tortura física e psicológica que passamos. **São lembranças que eu faço de tudo para esquecê-las, pois lembrar do passado é sofrer duas vezes, mas que infelizmente ficaram marcas e cicatrizes para o resto de nossas vidas.** (grifos nossos)

O relato é iniciado com a fixação de uma data-marco para o começo da agonia. Essa data corresponde à prisão (*foi um dia de terror*), exposta de forma minuciosa, com especial atenção aos atos de violência, vividos pelo marido, por ela mesma e por suas filhas. Nesse caso, diferentemente do outro, como o acusado foi levado em casa, todos presenciariam a cena. Daí a riqueza de detalhes. Os momentos de desespero e de temor são ressaltados e a violência policial a que eles foram submetidos dão possibilidades de compor para o possível leitor o cenário de horror vivenciado.

Chutaram a porta, quebraram e entraram dentro de casa todos armados (...) começaram a me bater na frente das crianças. Eu gritava pedindo socorro (...) desarrumaram minhas coisas, quebraram tudo e ainda rasgaram meus documentos (...) me batiam novamente dando chute na minha bunda, de forma que caí de joelhos, meus joelhos sangravam muito (...) só não abusaram sexualmente de mim, mas me espancaram na frente das crianças.

Em mais um relato é ressaltado o fato de que possíveis doenças adquiridas têm relação com os atos sofridos. Nesse caso, a filha, vítima da violência policial que contraiu uma doença que a marcaria para sempre. O terror psicológico vivido também incidiria sobre as crianças que vivenciaram o ocorrido. O dia da prisão nos relatos é visto como aquele em que as coisas passam a piorar para todos os familiares. Não somente por conta da questão financeira, mas por todas as sanções a que foram submetidos. Sanções que não tardaram a chegar. *Colocaram-me fora do emprego e pediram a casa que nós morávamos.*

As narrativas quase sempre se referem a possíveis ajudas, às vezes de vizinhos e de conhecidos. O papel dessas pessoas varia de acordo com cada experiência, já que em alguns casos eles podem atuar como companheiros e em outros, como inquisidores, como no relato anterior. Há também lembranças de familiares que se sensibilizaram com o sofrimento vivido e ainda de advogados sensíveis à causa⁵. O caso acima descrito se assemelha ainda às sagas cinematográficas, com a idéia da perseguição e da fuga. Os dias que se sucederam às prisões se interpõem como um interregno, no qual a vida dá uma

⁵ No Ceará, a referência maior que se faz é a advogada Wanda Othon Sidou. Conhecida como defensora dos presos políticos, muitas vezes não cobrava honorários para defendê-los. Por conta de sua luta, nas falas dos atingidos sempre há um espaço para falar sobre ela e de sua generosidade. A Comissão que julga os processos de indenização no Ceará leva o seu nome. Há, no entanto, outros advogados lembrados, como Roberto Martins e Antônio de Pádua Barroso, dentre outros.

parada para poder prosseguir, obviamente em condições piores. As necessidades financeiras são novamente apresentadas e a luta pela sobrevivência que passa a ser cada vez mais difícil, inclusive porque a família estava desfeita, sem um de seus membros. *Continuei minha vida, só eu e Deus, com minhas sete filhas sem o pai... Passamos muitas necessidades, faltando até o pão e o leite. Os vizinhos que davam um prato de comida e eu dividia entre nós...*

As memórias referentes às visitas feitas aos atingidos nas prisões são sempre carregadas de emoção e de drama. As impressões e marcas tiradas dessas visitas são sempre muito negativas. As humilhações vivenciadas, além das marcas das sevícias pelo corpo compõem um quadro de sofrimento para os integrantes da família. *O Ferreira estava em cima de duas latas de leite, longe da parede, seus pés sangravam e estavam muito inchados, seu rosto deformado e haviam muitas marcas por todo o corpo. Ele foi muito torturado, levou choque, “telefones” e foi para o pau de arara. Ferreira nada falava e só ficava de cabeça baixa.*

O restante do relato dá conta de como as coisas foram se processando com o passar dos anos. E, nesse caso especificamente, de como o acusado continuou na luta mesmo depois de sair da prisão: como a militância de Ferreirinha era anterior e como a prisão não foi suficiente para destruir a sua ideologia, quando ele saiu em 1979, sua militância continuou.

Nesse caso, a narradora faz questão de afirmar a ideologia do atingido, lembrando que nada, nem as acusações, nem as humilhações, as torturas sofridas e os quase dez anos de prisão foram capazes de barrá-lo. Ao contrário, com a possibilidade de libertação, permitida pela Anistia, a luta continuou. Aqui está uma marca de diferenciação com vários relatos que pude ter acesso. Em muitos casos, existe uma negativa da militância, mesmo quando é fato que ela ocorreu. Algumas pessoas preferem priorizar os sentimentos e sofrimentos vividos e deixam a discussão política e ideológica em outra dimensão. Não é esse o caso da narrativa de Dona Maria de Lourdes. Tive oportunidade de entrevistá-la e na nossa conversa, a militância de seu marido e a sua ficaram ainda mais visíveis.

O relato se encerra com o mesmo tom de desabafo percebido na outra narração. De novo, a questão da dor individual que as pessoas não conseguem entender e que é algo que criou marcas indeléveis, principalmente para si e suas filhas. Uma observação

importante é que, nesse caso, somente a mãe consegue falar mais abertamente sobre o ocorrido. Quando a entrevistei, embora sua fala fosse marcada e interrompida pelas lágrimas, Dona Lourdes conseguiu ir até o fim, mas a filha que a acompanhava não conseguiu pronunciar nenhuma palavra sem que chorasse. Ela pedia o tempo inteiro que a mãe parasse de falar, algo que ela não fez, afirmando a importância de denunciar os maus-tratos vividos na ditadura para que as novas gerações possam conhecer a “verdadeira” história do país.

1.3 O lugar da fala dos próprios atingidos

O relato feito pelo próprio atingido tem uma característica que o diferencia dos demais. É visto como o testemunho de alguém que vivenciou completamente na pele as agruras sofridas e que, por isso, mais do que ninguém tem o respaldo para falar e ser ouvido. A narrativa é feita em primeira pessoa e comumente mantém um tom informal. Da mesma forma que as demais, a narrativa se inicia com a prisão e/ou a perseguição, ponto de ruptura.

No caso do relato abaixo descrito, alguns outros elementos entram na composição da narração. José Gomes Moreira morava na cidade de Crateús e trabalhava na RFSA quando se deu sua prisão. O acusado não estava formalmente ligado a nenhuma agremiação partidária.

...Tal foi minha surpresa ao saber que o motivo da minha prisão foi de natureza política. Nunca fui filiado a nenhum partido político, nem tive qualquer tipo de militância política, salvo como simples eleitor. Lembro-me de ter assinado, a pedido de um colega de trabalho da RFSA, um papel que continha 11 números e que foi explicado como sendo um requerimento para receber periodicamente um jornal...acabei cumprindo uma sentença de 06 meses de prisão, provinda de um julgamento injusto...assim, cumpri a minha punição mesmo sendo inocente.

...a prisão trouxe-me prejuízos morais e materiais. Na época com 07 filhos em idade escolar, sem condições de acompanhar o crescimento, sem orientá-los num período em que os filhos mais precisavam de apoio paterno. A redução considerável dos meus proventos certamente afetou diretamente a minha numerosa família, privando-a muitas vezes do indispensável a uma vida digna. Isso sem contar o constrangimento a que as crianças tiveram que passar ao ter de dar satisfações na escola e em outros lugares...quando comentavam que o pai delas estava preso. Imagine o dano psicológico que essa situação pode causar num ser em desenvolvimento. Imagine também o meu conflito interior ao saber dessa realidade sem poder interferir, sabendo que eu nada fiz para ver minha família submetendo-se a tamanha

humilhação. **É com tristeza que trago à memória a imagem de dois dos meus filhos, um menino e uma menina, diariamente, à porta da prisão em Crateús, com um porta-comidas, trazendo-me as refeições. São marcas que o tempo não conseguiu apagar...** (grifo nosso)

A prisão marca um processo de intensos prejuízos, de muitas ordens. O narrador privilegiou os de ordem mais psicológicos e morais, apesar de ressaltar o fato de que, com a prisão houve uma inevitável perda do poder de consumo.

Apesar de estar no centro dos acontecimentos, o narrador faz questão de ressaltar as conseqüências da prisão para seus filhos. Ao longo de todo o relato, percebe-se a figura do pai, preocupado com os traumas a que seus filhos foram submetidos e o que isso passa a representar para a vida de crianças, que tiveram que modificar suas vidas, serem alvos de piadas na escola e com os amigos, além dos possíveis danos financeiros. O lugar que o pai ocupa, mais do que somente um atingido, é daquele que deve ser responsável por suas crias e que precisa velá-las. Isso permite ao narrador uma postura altruísta, ou seja, de que mais preocupado com a sua própria existência, a vida de seus filhos se apresenta como algo mais importante.

A situação de prisioneiro e o que isso implica, além do fato de que os filhos passaram a ter contato com esse tipo de realidade permite ao narrador exprimir tristeza, por algo que na nossa sociedade é vista como indigno. Levar comida para o pai numa situação como aquela e num ambiente como os das prisões é exatamente o oposto do que se quer para os filhos, já que a situação de prisioneiro remete a delitos, sempre reprimidos e exortados pelos pais como algo que não deve ser feito. Nesse caso, a situação parece ser inversa. É como se o pai não tivesse feito o que ele próprio dizia para os filhos, ou seja, “andar na linha, ser correto, cumprir as leis” etc.

Na narrativa ainda se percebe a preocupação com os possíveis danos de ordem psicológica causados aos filhos e a impotência do atingido perante aquela situação.

Dessa forma, e mais uma vez, o relato se encerra com a idéia de que o que foi vivido nesses anos de “terror” não conseguiu se apagar.

Um outro relato feito por um atingido vai noutra direção. Além de não negar pertencer a alguma agremiação, como no caso acima, o narrador se centra nos seus próprios sofrimentos e prejuízos. Nesse relato, há pouca referência à família e ao vivenciado por ela, se centrando nas torturas e humilhações sofridas pelo próprio acusado.

Em 21 de setembro de 1970, quando ingressava no local de trabalho (DNOCS), às 11:30h, recebi a ordem de prisão por parte da Polícia Federal. Na condição de preso político, fiquei recolhido nas dependências durante aproximadamente 20 dias. Em seguida, fui transferido para o 5º Batalhão da Polícia Militar do Ceará, permanecendo ali 01 mês...Portanto, fiquei aprisionado durante 08 anos, 07 meses e 03 dias 21/09 1970 a 24.04.79).

Na fase inicial da prisão na Polícia Federal fui vítima de violentas torturas. Pancadaria sobre todo o corpo. Várias horas em diferentes dias. Sapatadas, botinadas no abdômen, no estômago, na região glútea e em todo o corpo (não havia escolha para bater). Incontáveis telefones (tortura feita nos ouvidos dos torturados através de batidas com as mãos abertas ou fechadas. Aplicaram-me numa seção de torturas de uma tarde inteira um grande número de telefones... estas torturas me causaram graves seqüelas. As botinadas e sapatadas na região glútea me geraram uma fístula entre as nádegas que anos depois fui submetido a uma operação no Hospital da Polícia Militar do estado do Ceará. As porradas nos ouvidos (telefones) perfuraram o meu tímpano direito e maltrataram muito o ouvido esquerdo...infelizmente perdi meu tímpano e hoje ouço somente em torno de 20% pelo ouvido direito. Além das torturas físicas se somavam as torturas psicológicas sofridas direta e indiretamente pelos “anúncios” e boatos dentro da própria polícia quando diziam os policiais: vamos trazer a mulher do fulano para interrogar, vamos levar sicrano para o pau-de-arara, para o afogamento; leva ele para o porão, deixa de molho; faça um tratamento de ouvido nele; vamos para a capaço; alisa bem os ovos dele etc.

PREJUÍZOS CAUSADOS:

- a) SEQÜELAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS: perda de um tímpano e cicatrizes entre as nádegas;
- b) EDUCAÇÃO INTERROMPIDA: cursava o 2º ano de física na Universidade Federal do Ceará- prejuízo intelectual e profissional
- c) TRABALHO INTERROMPIDO: era funcionário concursado do DNOCS onde já contava com cinco anos de serviço de 1965 a 1970- prejuízo econômico-financeiro e profissional.
- d) PREJUÍZO PSICO-SOCIAL: formou reflexo no cotidiano para a vida inteira. A própria prisão junta-se (*sic*) ao processo de tortura e transmite ao psicológico da pessoa marcas indelévels.
- e) PREJUÍZO FAMILIAR: esse agrupamento sólido da sociedade (família) ficou completamente transtornado e estarecido com o noticiário alarmante do governo ditatorial e o regime militar publicavam a respeito de cada um dos participantes do processo político.
- f) PREJUÍZO SENTIMENTAL E DE RELACIONAMENTO: as pessoas amigas ficaram preocupadas e atônitas com a repercussão enfocada unilateralmente pelos agentes da Ditadura Militar. Aconteceu também o descontrole e destruturação entre pessoas que se gostavam ou até se amavam. Depois de adquirida a “liberdade”, quando regressei à minha cidade natal (Tabuleiro do Norte) fui vítima de uma gama de preconceitos e discriminação por parte da sociedade durante um longo período.
- g) PREJUÍZO HISTÓRICO, DA LIBERDADE E DE AVALIAÇÃO HUMANA: muitos deixaram de acreditar na causa maior (uma sociedade justa, fraterna, humana e mais igualitária).

Finalmente, vale salientar que o valor determinado por esta lei é de caráter simbólico e aproveito a ocasião para reafirmar: **não existe valor que remunere a liberdade do ser humano.**

O relato se inicia com a demarcação de uma data, local e horários precisos em que começou seu sofrimento. Com riqueza de detalhes, o atingido vai enumerando as sevícias cometidas contra ele (*pancadaria sobre todo o corpo... sapatadas, botinadas no abdômen, no estômago, na região glútea e em todo o corpo... incontáveis telefones...*) e as conseqüências desses atos para a sua vida atual, através das seqüelas físicas, a perda da audição e cicatrizes no corpo. O narrador faz questão de ressaltar e até enumerar ponto a ponto, de maneira didática, os tipos de prejuízos causados por sua prisão.

Além dos prejuízos físicos, inclusive muito aparentes, outros como a educação interrompida, a interrupção de trabalho em um órgão público, do qual o acusado era concursado, além de outros de ordem mais simbólica, como os de *relacionamento e a desagregação familiar*. Ademais, e nesse caso, merece um destaque o fato de o narrador ter posto como um dos prejuízos a mais, o *histórico, da liberdade e de avaliação humana*, que segundo ele, significa que muitos deixaram de acreditar numa utopia, ou seja, naquela sociedade a que eles aspiravam, pela qual lutavam e em nome da qual foram presos.

Normalmente, nos relatos não constam esses tipos de prejuízo, até porque geralmente os militantes de outrora não admitem que muitos deixaram de crer nas utopias. Embora, não se veja em sua narrativa informação acerca de sua militância, se pode presumir essa informação a partir da priorização do prejuízo ideológico. Nesse caso, o narrador não se percebe como um desses que deixaram de acreditar, mas toma como sua também essa perda. Por fim, o relato termina lembrando algo muito repetido entre os possíveis beneficiáveis: *não existe valor que remunere a liberdade do ser humano*.

1.4 O lugar da fala jurídica: o caso dos advogados

Uma outra forma de relatos são aqueles que não são escritos pelos envolvidos direta ou indiretamente. Isto é, o poder da palavra não é nem dos atingidos, nem de seus familiares, mulheres, filhos, mães, pais, irmãos nem de seus amigos. Nesse caso é entregue para o advogado a responsabilidade de escrever o relato dos fatos, mesmo que sob a base de uma narrativa feita pelo próprio atingido. O fato é que esses guardam sensíveis diferenças em relação aos demais. Uma das primeiras e marcantes distinções é que essas narrativas são de uma certa maneira padronizadas, ou seja, construídas sob uma matriz comum para todos os clientes.

Quando esses relatos são feitos pelo mesmo grupo de advogados, até as citações são as mesmas. Em vários dos relatos vistos, há uma citação do livro de Norbert Bobbio, *Era dos Direitos* como uma epígrafe. A seguir, vem o relato propriamente dito, escrito em terceira pessoa ou ainda, utilizando a expressão “requerente” todas as vezes que se refere ao atingido.

Em alguns casos ainda acontece a possibilidade de se fazer um preâmbulo, que também pode ser utilizado em todos os relatos. Diz respeito à Lei, às conseqüências suportadas nos anos de arbítrio, além de uma explicação sobre o fato de a indenização não reparar completamente os danos sofridos, como se pode ver abaixo:

A MP, em que se louva o requerente para fundamentar o presente pedido, é fruto das lutas dos democratas nacionais na busca de reparação dos graves danos causados pelo regime autoritário que perdurou em nosso país por mais de duas décadas e tantas infelicidades trouxe ao nosso povo, aos seus filhos e aos seus **verdadeiros heróis**, que martirizados nos cárceres, afastados de suas famílias, impedidos de amar e viver, foram submetidos às torturas, prisões, exílios, constrangimentos e toda sorte de arbítrios, só porque sonhavam em construir e viver numa sociedade fraterna e justa. Certamente que as indenizações ora pleiteadas por milhares de brasileiros não apagarão os momentos sombrios vividos...mas possibilitarão, minimamente aos que forem justamente atendidos, um processo de conforto e reparação, após tanta dor e sofrimento.(grifo nosso)

Mais do que todos os outros esses demonstram a sua finalidade última, que é fazer do relato mais uma prova a ser anexada no processo de indenização. Ademais, é marcado por termos que compõem o léxico dos advogados. Isso faz que esses relatos feitos por advogados sejam mais técnicos e menos emocionais, característicos dos demais relatos.

A padronização traz ainda como conseqüência, a perda da idéia de que o relato é algo pessoal e mais que isso, individual, mesmo porque, por mais que as prisões e humilhações pudessem ser semelhantes, a forma como os atingidos as encararam é diferente de pessoa a pessoa.

Nesses relatos feitos por advogados são feitas referências às lutas que culminaram nesse processo (mesmo que implícita uma dessas referências é a anistia) e a noção muito presente, não somente nos relatos dos fatos, mas também nas comemorações e nos eventos que eles participam de uma certa heroicização dos perseguidos pela ditadura militar e de suas lutas.

O momento de escrever o relato dos fatos é um dos mais difíceis de todo o processo. Recompôr o ocorrido na memória para poder transcrevê-la para o papel é tarefa que muitos não conseguem fazer. Não é a toa que muitos dos beneficiáveis não o fazem, e assim desistem do processo. Alguns, por traumas psicológicos, se recusam a assinar papéis⁶, inviabilizando a entrada do pedido e outros acreditam que esse processo atual nada mais é do que a reatualização de dados cadastrais dos ex-militantes para uma posterior utilização em caso de novo golpe. Há alguns que se recusam a escrever e entregam essa tarefa para amigos, familiares e advogados.

Alguns entrevistados me relataram a dúvida em levar o processo adiante, já que todo esse passado causou muita dor e para muitos, *lembrar o passado é sofrer duas vezes*. Em alguns casos, essa decisão não coube só ao atingido direto. A família influenciou em muitas ocasiões e às vezes, a decisão final foi dela. Em ambos os casos, quando se tomou a decisão de entrar com o pedido de indenização, sabendo que precisariam relatar o ocorrido, iniciaram a busca por fazê-los. Juntar documentos para anexar, procurar datas com precisão, conversar com a família e amigos, muitas vezes pegar declarações com terceiros, sentar para escrever (às vezes a várias mãos). Em alguns casos, o relato foi escrito de uma vez só, em outros, em vários dias.

Um dos problemas detectados nas entrevistas foi a dificuldade que muitos deles têm em lembrar datas ou mesmo os anos dos acontecimentos vividos⁷. Isso tanto se dá porque já faz um tempo em que os fatos ocorreram, mas também por um mecanismo de defesa em esquecer os horrores sofridos.

Em casos, como o de Dona Maria de Lourdes foi feito um verdadeiro “mutirão de lembranças”. Cada filha lembrava um acontecimento e dessa forma foi escrito o relato coletivo e familiar, em meio às pausas e muitas lágrimas. Esse momento serviu também para matar a saudade, rever fotografias e lembrar do pai e esposo falecido.

⁶ Esse foi o caso de um ex-presos político de Crateús (cidade do interior do Ceará). Preso com mais 15 companheiros pode ter direito à indenização estadual em março de 2005. Dos 16 presos, 12 entraram com o pedido. Dos outros quatro, alguns não tiveram conhecimento e ele se recusou a assinar o papel da procuração por conta de traumas psicológicos. Ele foi preso justamente porque assinou um papel que continha 11 assinaturas (em favor de Jango). Esse exemplo demonstra como os traumas ainda estão vivos na memória dos atingidos, influenciando as decisões do presente.

⁷ Obviamente isso não se dá em todas as ocasiões. Os relatos normalmente contêm datas e alguns entrevistados demonstram uma memória aguçada. Quando se trata de prisões, sempre é bom que nos relatos apareçam as datas com precisão, além de provas que documentem o ocorrido.

No caso de Pedro Paulo Pinheiro⁸, ele juntou os documentos sob a mesa e escreveu durante uma noite inteira. Noite em que todas as más lembranças vieram à tona. Muitos deles escolheram justamente a noite ou a madrugada para elaborar seus relatos, momentos em que puderam estar sozinhos e cara a cara com suas recordações.

O momento de fazer o relato e juntar documentos é também visto como uma oportunidade de enfim, conversar com outras pessoas sobre o que viveu tanto tempo atrás. Em alguns casos, as pessoas não falavam sobre isso há décadas e essa foi uma oportunidade encontrada para lembrar e externar suas lembranças através de uma escrita.

Como já escrito anteriormente, os relatos não têm uma estrutura padronizada. Como, na verdade é algo individual, cada um faz da maneira que deseja e é um momento em que cada um expressa o que sente. Analisando as narrativas encontramos textos feitos em forma de crônicas, alguns mais romanceados, outros mais técnicos, uns mais sucintos, outros mais extensos, uns mais formais, outros informais. Alguns utilizam textos paradigmáticos e simbólicos, como as citações de intelectuais de esquerda e outros fazem seus próprios textos. Uns fazem sozinhos, outros pedem que terceiros escrevam essa carta-testemunho, como alguns gostam de se referir.

Guardadas as especificidades de cada relato, o que se pode perceber é que nenhum deles é neutro, ou seja, todos têm intencionalidades bem claras.

O objetivo central dos relatos, além do pedido de indenização é denunciar os maus tratos, a perseguição sofridas, as angústias, os temores e as perdas, em todos os sentidos, advindos da perseguição política nos anos 60 e 70. Ademais, busca também lembrar que quase sempre a saída da prisão, da clandestinidade, a volta do exílio, uma certa retomada da vida não resolveu a questão e não fechou minimamente o ciclo. Digo minimamente, porque é quase um consenso de que o ciclo não se fechará com esse processo atual.

Dessa maneira, ao relatar o acontecido, de forma a se fazer presente nos registros da Comissão de Paz⁹ e nas Comissões Estaduais, além dos projetos de conservação da memória que a Associação tem em mente, o perseguido estará marcando posição e se

⁸ Pedro Paulo era militante do PCBR à época. Foi preso e levou um tiro à queima-roupa. A bala se alojou em um músculo, impossibilitando de ser retirada. Ademais, sofreu várias torturas que resultaram, dentre outras, na perda do olho esquerdo. Ele entrou com os pedidos na esfera estadual e federal. O primeiro processo já foi julgado. No Ceará, ele recebeu 30 mil reais, valor máximo.

⁹ A Comissão de Paz é a designação da comissão que julga os processos na instância federal, a partir da Lei 10.559.

eternizando mais uma vez, assim como nas entrevistas que concedem para pesquisas acadêmicas e para os periódicos.

A idéia de que esses relatos devem servir como um testemunho e uma denúncia do ocorrido trazem ainda a noção de que eles servirão para que as gerações futuras não esqueçam o que aconteceu. Ou seja, para além da questão factual é também contra o esquecimento que vários eventos são realizados, que cartas-testemunho e livros são escritos, que filmes e documentários são realizados.

Não à toa, quando se referem às lutas, não somente os advogados, mas também os perseguidos fazem questão de lembrar o fato de que eles lutavam por uma sociedade mais *justa, fraterna e solidária*. Esses três adjetivos estão muitos presentes, sendo ressaltados em vários relatos, principalmente nos daqueles que tinham militância partidária. São lembradas também as conquistas democráticas e sociais como fruto dessa lutas. Nesses relatos estão contidas as situações de violência cometidas pelos agentes da ditadura no momento e durante o período da prisão. Os chutes, as torturas, as pancadas e a prisão se contrapõem a uma situação de harmonia e não-violência vivida anteriormente pelo atingido e por sua família. As humilhações se opõem à vida digna e feliz levada até então. Vida que nunca mais pôde se refazer.

Talvez, mais ainda do que nas entrevistas, nos relatos escritos, a desagregação familiar e suas conseqüências sejam muito sobressaídas.

Em muitos casos, a militância política não é destacada e isso se dá por vários motivos: em alguns casos, não havia realmente militância (embora tenha havido prisões), mas mesmo quando havia, às vezes é uma escolha do indivíduo e da família não eleger essa informação para narrar. Não se pode esquecer que os relatos são feitos no presente, a partir de uma reinterpretação do passado que muito tem relação com o que o indivíduo viveu e com o que ele prioriza no momento atual. Também porque para muitas famílias ainda hoje a militância de seu membro (que culminou em muito sofrimento para todos) ainda não é uma questão resolvida e, por isso, se prefere não tocar no assunto¹⁰.

Os relatos são momentos muito oportunos para a exploração das emoções e de sentimentos compartilhados. Ao tentar mostrar a grandeza da ação que os mobilizava e as

¹⁰ Muitas famílias à época não aceitavam a militância de seus membros e ainda hoje não resolveram esse conflito. Entrar com o requerimento é um momento de trazer isso à tona. No entanto, muitos escolhem priorizar somente as punições e os sofrimentos advindos.

conseqüências drásticas (torturas, perdas de emprego, prejuízos psicológicos e físicos, desagregação familiar), advindas da lutas e das ideologias partilhadas e da cruel repressão do regime militar, se espera obter um consenso acerca do passado.

Bibliografia consultada

ARENDDT, Hannah. **Eischmann em Jerusalém**- um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 2001.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**- novos ensaios da sociologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUELERMAN, Sergio J (comp.) **Memorias en presente**-identidad y transmisión en la Argentina posgenocidio. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.

JELIN, Elizabeth. **Las conmemoraciones**: las disputas en las fechas “in-felices”. Madri: Siglo Veintiuno de España, 2002.

MIRANDA, Nilmário & TIBURCIO, Carlos (org.) **Dos filhos deste solo**- mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TELES, Janaína (org.) **Reparação ou impunidade**- mortos e desaparecidos políticos. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2000.